

OAB/NOTÍCIAS – ELETRÔNICO 77

*** Natal, semana de 25 de fevereiro a 04 de março de 2007 ***

(Edição de hoje: 25 páginas)

→ → OAB/RN: ÉTICA E ADVOCACIA! ← ←



Ordem dos Advogados do Brasil
SEÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE
UMA INSTITUIÇÃO DE LUTAS PELO ADVOGADO, PELA JUSTIÇA E PELA DEMOCRACIA!

ARTIGO 133, DA CONSTITUIÇÃO → O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

ATENÇÃO: VEJA TODAS AS EDIÇÕES DO OAB/NOTÍCIAS ELETRÔNICO NO SÍTIO DA OAB/RN.

www.oab-rn.org.br

LEIA O DIÁRIO DA OAB/RN – TODOS OS SÁBADOS, NO DIÁRIO DE NATAL.

→ **PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL** ←

TODOS OS CONSELHEIROS E TODAS AS CONSELHEIRAS DA OAB/RN, BEM COMO TODOS OS MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS ESTÃO CONVOCADOS PARA A SEGUNDA REUNIÃO QUINZENAL:

Dia 15 de março, às 17h 15min

→ É muito importante que todos estejam presentes, especialmente os colegas advogados e advogadas que estejam interessados em ajudar a OAB/RN.

NOBRES COLEGAS.

* Nunca é demais lembrar que todos nós, Diretores, Conselheiros Seccionais, Conselheiros Federais e Dirigentes da CAARN trabalhamos diariamente em seu prol. Por maior boa vontade que tenhamos, é humanamente impossível fazer tudo: às vezes falta alguma coisa.

Neste instante, é importante a sua participação!

O ideal é que você venha trabalhar conosco. Não lhe sendo possível, pelo menos, mantenha-nos informado do que você deseja que a OAB/RN deva fazer. Sua opinião e sua sugestão são sempre muito bem vindas. Lembre-se que, se você não participar, não vai ter legitimidade para reclamar.

UMA HOMENAGEM ÀS MULHERES

Adilson Gurgel
Conselheiro Federal

É com grande alegria que devemos comemorar o Dia Internacional da Mulher. A homenagem sincera e carinhosa vai para todas elas que convivem conosco, nos deram a vida, nos dão carinho, nos dão amor, nos dão o colo nas horas de tristeza, nos dão atenção, convivem conosco os bons e os maus momentos.

Mas, a homenagem justa e merecida vai também para a mulher trabalhadora, que se sacrifica diuturnamente para manter sua família. Muitas vezes sendo ela a única provedora dos bens e da alimentação de sua casa.

Não se pode olvidar o fato histórico que deu origem a celebração nesse dia especial: 8 de março. É que nesse dia se homenageia um fato histórico trágico que aconteceu nos Estados Unidos, no ano de 1857. Nessa época imperava ainda mais cruelmente a exploração do trabalhador, com ênfase ainda mais cruel sobre as trabalhadoras, tanto crianças e quanto as mulheres.

Foi na luta pela melhoria das condições de trabalho que as mulheres se rebelaram numa fábrica de tecidos em Nova Iorque. Registra-se como sendo a primeira vez que as mulheres se uniram para reivindicar melhorias.

Lamentavelmente, o movimento (considerado uma rebelião) foi contido de forma violenta, que teve seu término com a morte de nada menos que 129 tecelãs, carbonizadas dentro da referida fábrica.

No ano de 1975, uma resolução da Organização das Nações Unidas estabeleceu o dia 8 de março como sendo o Dia Internacional da Mulher.

Hoje em dia, podemos comemorar também a maior e sempre mais crescente participação da mulher em todos os campos sócio-econômico-culturais da vida do Brasil e do mundo inteira. Temos mulheres em todos os cargos da vida política e pública, pois na iniciativa privada ela já se fazia presente há muito tempo. Celebramos inclusive o Chile, com a primeira mulher presidente.

Na OAB, a participação feminina nos quadros dos Conselhos Seccionais é ainda muito pequena. A Pres. ESTEFÂNIA VIVEIROS, reeleita para a Seccional do Distrito Federal, saudou a chegada da Pres. ÂNGELA SERRA SALES, da Seccional do Pará, como sendo um aumento de 100% na participação feminina no cargo maior de cada Seccional.

Mas, elas já são praticamente a maioria dentre os 600 mil advogados que militam por este imenso Brasil.

Por tudo isso, só temos a comemorar e festejar o dia daquela que nasceu de uma nossa costela justamente para que fosse observada aquilo que o poeta falou: nem foi feita de um pedaço da nossa cabeça (para nos subjugar) nem tampouco dos nossos pés (para ser espezinhada), mas sim de uma costela, ao lado do nosso coração, para ser amada, para ser nossa igual ao homem e para ser nossa companheira de todos os momentos.

Parabéns, queridas amigas e queridas colegas!

Que Deus lhes abençoe a todas, lhes dando sempre essa luz e essa coragem que somente lhes engrandece, lhes dando o amor e o carinho que torna mais suaves e suportáveis os nossos dias.

CRISE INSTITUCIONAL NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ESPANHOL

Professor JOSE RIBAS

PUC-RIO

O Tribunal Constitucional Espanhol foi recentemente sacudido por uma tremenda crise institucional. Um seu integrante, o constitucionalista Pérez Tremps, foi afastado por possivelmente não possuir a devida imparcialidade na discussão do Estatuto da Catalunha. Este estatuto aprovado pelo Parlamento espanhol considera a Catalunha como nação que feriria a Constituição Espanhola, a qual disciplina a nação espanhola. O PP, partido de direita, ingressou com uma reclamação nesse Tribunal Constitucional alegando que Perez Tremps teria participado previamente de discussões a respeito do estatuto.

É claro que há interesses políticos, porque o PP objetiva ter maioria no Tribunal Constitucional para rejeitar por inconstitucionalidade o estatuto. Alguns integrantes defenderam Perez Tremps alegando que nunca mais nenhum constitucionalista poderia participar do Tribunal porque poderia ter dado opinião sobre alguma matéria. Todos os constitucionalistas da Espanha expressaram solidariedade a Perez Tremps.

Mas, não houve jeito a reclamação do PP foi aceita.

Não gostaria de mencionar exemplos flagrantes e muito mais contundentes que ocorreram no Brasil – e nada aconteceu. (Ribas)

Leiam a matéria abaixo (e meditem a respeito):

El Tribunal Constitucional – TC justifica la recusación de Pérez Tremps por su "intervención indirecta" en la elaboración del Estatuto catalán Aclara que no se puede recusar a catedráticos por sus trabajos científicos a menos que éstos den lugar a un proceso constitucional.

MADRID, 13/02/2007 (EUROPA PRESS) – El Pleno del Tribunal Constitucional acordó apartar al magistrado Pablo Pérez Tremps de la resolución del recurso de inconstitucionalidad presentado por el PP contra el Estatuto de Cataluña porque "resultaría contrario a lo razonable negar la existencia de una intervención indirecta" de éste en la elaboración de la reforma estatutaria.

La decisión, adoptada por seis votos frente a cinco, estima que en este caso concurre la causa de recusación número 13 prevista en el artículo 219 de la Ley Orgánica del Poder Judicial (LOPJ), por "haber ocupado cargo público, desempeñado empleo o ejercido profesión con ocasión de los cuales haya participado directa o indirectamente en el asunto objeto del pleito o causa o en otro relacionado con el mismo".

A juicio del alto tribunal, el estudio realizado por Pérez Tremps en 2003 por encargo de una institución que asesoró sobre la reforma estatutaria, y por el que cobró 6.000 euros, supuso una "toma de postura" acerca de los límites constitucionales sobre la asunción de competencias por Generalitat, "lo que constituye un elemento objetivo que razonablemente permite la suspicacia de la parte recusante acerca de la imparcialidad con la que el magistrado recusado está en condiciones de abordar el enjuiciamiento de la norma impugnada".

Lo determinante en este caso, a juicio de la mayoría, es que una de las partes del proceso, en este caso el PP, puede "dudar de la falta de prevención y de la posición objetiva del magistrado".

TRABAJOS DE CATEDRÁTICOS.

En sentido general, la Sala descarta que los trabajos científicos de los profesores universitarios puedan constituir causa de recusación, ya que ello podría "dificultar indebidamente el acceso al Constitucional de catedráticos y otros juristas de reconocida competencia".

"Ahora bien -aclara el TC-, distinto tratamiento corresponde a los trabajos, estudios o dictámenes emitidos a instancia de instituciones u órganos implicados en el procedimiento de elaboración de la norma que pueda llegar a ser objeto de un proceso constitucional y con la finalidad de obtener el ajuste de la misma a la Constitución", como ha sido el caso.

El auto, cuyo ponente ha sido el magistrado Jorge Rodríguez-Zapata, rechaza de plano que, con su estudio sobre los mecanismos de actuación fuera de España por la Generalitat, Pérez Tremps haya intervenido directamente en la elaboración del nuevo Estatuto, aunque estima que no puede negarse la existencia de una "intervención indirecta", lo que incurre en la ya citada causa número 13 de recusación prevista en la LOPJ.

MOTIVOS DE RECUSACIÓN.

El tribunal ha rechazado otras causas de recusación, como la alegada también por el PP y rechazada hace un año por TC, en la que se alegó que el magistrado había podido formar criterio en detrimento de la debida imparcialidad. En este caso, el TC afirma que el PP no adujo argumento ni razón alguna para sustentar esta supuesta parcialidad por parte de Pérez Tremps.

Igualmente, el tribunal admite "como obvio" que Pérez Tremps no tiene un interés directo en la declaración o no de constitucionalidad del nuevo Estatuto de Cataluña, puesto que "ningún beneficio o perjuicio puede derivarse inmediatamente para él de la sentencia que se dicte".

Además, su toma de postura en cuanto a los límites que debe respetar la asunción de competencias por la Comunidad Autónoma de Cataluña en materia de acción exterior y participación europea ha sido emitida, no como magistrado del Constitucional, sino "en el ejercicio de una actividad propia de un Catedrático de Derecho Constitucional", de lo que se concluye que su imparcialidad "no ha quedado comprometida por interés".

Finalmente, el tribunal descarta que concurra en este caso la causa de recusación regulada en el apartado número 6 del artículo 219 de la LOPJ -haber sido defensor o representante de alguna de las partes personadas en la causa-.

Explica que que la intervención de Pérez Tremps se produjo en el momento de la fase preparatoria de la iniciativa legislativa del nuevo Estatuto de Autonomía, por lo que "no puede considerarse que su intervención haya sido la de dictaminar sobre el pleito o la causa".

PRUEBA DOCUMENTAL.

Como elemento de prueba, el tribunal destaca el escrito de solicitud del estudio por parte del Director del Instituto de Estudios Autonómicos, con fecha de 26 de noviembre de 2006, que acredita la celebración de un contrato de consultoría entre Pérez Tremps, como catedrático de la Universidad Carlos III de Madrid, y el Consejero de Relaciones Institucionales y Participación de la Generalidad de Cataluña.

El PP recusó por segunda vez a Pérez Tremps (la primera fue rechazada hace ahora un año por el alto tribunal) al entender que se había contaminado por haber "emitido un dictamen sobre el objeto del pleito", por el que fue retribuido con 6.000 euros. El pasado 7 de noviembre, el Pleno acordó admitir a trámite la recusación presentada por el PP contra Pérez Tremps.

Según señala el Constitucional en su auto, "los fundamentos de hecho del presente caso son claramente distintos" de los de la primera recusación, ya que en la anterior sólo se alegaba el motivo número 16, que también ha sido rechazada en esta ocasión. Recuerda que la causa admitida, la número 13, fue creada por Ley en 2003 con el fin de aumentar las exigencias de imparcialidad de jueces y magistrados.

Con carácter general, el constitucional recuerda que "un tribunal independiente y alejado de los intereses de las partes en litigio constituye una garantía procesal que condiciona la existencia misma de la función jurisdiccional".

La petición del PP fue rebatida por todas las partes: la Fiscalía, la Abogacía del Estado, el Parlamento de Cataluña y la Generalitat.

(Matéria baixada do grupo de debates da ABEDI, em 24/02/2007).

[ARTIGO](#) (Enviado pelo Adv. RAMIREZ FERNANDES, de Mossoró)

OAB PRECISA MOSTRAR A ESTUDANTES COTIDIANO DE ADVOGADOS

Professor RODRIGO AFONSO MACHADO
Publicado no *Consultor Jurídico*, de 03/01/2007

Os cursos de Direito no Brasil proliferaram de maneira vertiginosa nos últimos anos, elevando o número de bacharéis que anualmente ingressam no mercado de trabalho. Em muitos casos, estes bacharéis estão despreparados para encarar a vida profissional, levando-se ao questionamento sobre o papel e a importância da OAB para a melhoria do ensino jurídico das universidades.

Em primeiro lugar porque este órgão de classe tem o dever funcional de fiscalizar a atividade dos advogados e, quando necessário, atuar no sentido de repreender os profissionais que se afastam dos preceitos éticos que regem a profissão. E, além disso, porque a classe resente da necessidade urgente de se unir e fortalecer os advogados e estagiários inscritos na OAB, revitalizando-se a importância e o respeito da advocacia perante a sociedade.

É preciso que a Ordem dos Advogados aproxime-se dos acadêmicos de Direito, revelando-lhes o cotidiano vivido pelo advogado e as dificuldades por ele encontradas no exercício da profissão. Muitas vezes o estudante de Direito não tem a oportunidade de conhecer e vivenciar o funcionamento de um escritório de advocacia, na medida em que a necessidade de adquirir conhecimentos teóricos e doutrinários acaba por sobrepor-se ao aprendizado prático e de vivência indispensáveis a todo aquele que se lança ao mercado de trabalho.

Não se está aqui relegando o aprendizado teórico e o estudo da doutrina para o segundo plano no universo da formação acadêmica do estudante de Direito, mas a falta de treinamento prático acarreta grandes dificuldades para o bacharel em início de carreira.

É importante, então, que a OAB adentre às portas das faculdades, convide os acadêmicos a conhecerem a sede da subseção de sua cidade, a participarem dos eventos e cursos organizados pela entidade. Enfim, revele o quão importante é a sua atuação enquanto órgão indispensável para o exercício profissional da advocacia, para a defesa das prerrogativas profissionais e apoio que fornece aos advogados no exercício da profissão.

Além disso, é fundamental que se criem oportunidades para os estudantes conhecerem os advogados mais experientes e busquem aprender com eles e sua larga vivência forense os segredos para o sucesso na advocacia. Isso só se torna possível a partir do momento em que o acadêmico de Direito freqüente os encontros, palestras e demais atividades promovidos pela OAB, sintam-se acolhido por seus futuros colegas e estimulado a seguir a advocacia, se for de sua vocação.

A valorização do estagiário inscrito nos quadros da entidade também se constitui ponto fundamental para a formação do futuro advogado. É preciso abrir espaço para que possam expor suas idéias, publicar seus trabalhos e proferir palestras sobre os temas que pesquisam na faculdade.

É preciso também inseri-los nas discussões sobre os problemas enfrentados pela advocacia, como o desrespeito às prerrogativas profissionais, as transformações pelas quais passa a profissão, sobretudo nos campos da ética profissional e do marketing jurídico, objetivando o surgimento de novas idéias e soluções para o futuro advogado. Os novos talentos precisam ser lapidados.

Nas palavras de Carlos Diniz, em sua obra *Subseção da OAB e a Advocacia* (Ribeirão Preto: Nacional de Direito, 2003, p. 40), "o papel das subseções, que se encontram na base da estrutura federativa da OAB e estão mais próximas dos advogados e dos estagiários, é de extrema gravidade. Devem as subseções engendrar esforços para que o estágio seja um momento enriquecedor para o estudante, qualificando-o, verdadeiramente, para o exercício profissional".

Em suma, a OAB precisa preocupar-se não somente em conter a expansão dos cursos jurídicos e com a alta reprovação nos exames de habilitação profissional realizados por ela, mas, essencialmente, necessita atentar-se urgentemente para a formação do advogado e para a definição de quais conhecimentos são indispensáveis para o neófito exercer a advocacia. Dessa forma, ela estará contribuindo não somente para a melhoria do ensino nos cursos de Direito, mas principalmente para a formação de novos advogados aptos a atuar no meio forense e capazes de defender e valorizar a advocacia.

Fonte: Revista **Consultor Jurídico**, 3 de janeiro de 2007

OBSERVAÇÃO: As observações feitas pelo articulista, conforme este artigo, ganham procedência na medida em que são inscritos normalmente na OAB os acadêmicos de Direito que chegam aos dois últimos anos dos cursos de Direito. Com efeito, a nossa legislação exige muito mais: para se inscrever nos quadros de estagiário da OAB, é necessário o requerente ter sido admitido em estágio profissional de advocacia, o qual pode ser mantido pela IES ou por outras instituições e até por escritórios de advocacia credenciados (art. 9º, inciso II e § 1º, do EAOAB = Lei nº 8.906/94, c/c o art. 27 e seus parágrafos, do Regimento Geral do EAOAB). Essa questão foi-me inclusive trazida pelo Pres. WASHINGTON DOS SANTOS CALDAS (OAB/AP) e apresentada ao Colégio de Presidentes de Seccionais, que se reuniu em Brasília nos últimos dias 8 e 9, deste mês.

* * * * *

→ ATENÇÃO ←
BACHARELANDOS dos cursos DE DIREITO

CONHEÇA ESSE SERVIÇO, NA PÁGINA DA OAB/RN
TEMAS PARA TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
www.oab-rn.org.br

Mais de dois mil temas para o TCC – trabalho de conclusão do curso de Direito.
O trabalho foi feito pelo Professor ADILSON GURGEL, em seu favor.
Basta clicar na janela "Temas de Monografia" e escolher.

* * * * *

NOTÍCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

01. CARGA TRIBUTÁRIA BATE NOVO RECORDE E ATINGE 38,8% DO PIB EM 2006

(Notícia enviada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, em 01/03/2007)

A carga tributária brasileira atingiu 38,80% do PIB em 2006, o que representa um crescimento de 0,98 ponto percentual em relação a 2005, quando alcançou 37,82%, segundo projeções do IBPT- INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. Os dados são baseados no PIB brasileiro que cresceu 2,9% em 2006, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Cada brasileiro pagou de tributos em média R\$ 4.434,68 em 2006, ou seja R\$ 447,23 a mais que em 2005. O presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral conclui que o excesso de tributação retira poder de compra dos salários ao mesmo tempo em que aumenta o preço final das mercadorias e serviços, retraindo o consumo, afastando investimentos produtivos e dificultando a geração de empregos formais.

02. CURSOS JURÍDICOS TAMBÉM TÊM NOVO RECORDE: SOMOS 1.030, NO BRASIL!

(Dados extraídos do site <http://www.inep.gov.br>, em 22/02/2007 e enviados pela CEJ do CF/OAB)

Brasília, 22/02/2007 – O Conselho Federal da OAB, através da sua Comissão de Ensino Jurídico, realiza o acompanhamento do número de cursos de Direito no país. Ao final deste mês de fevereiro, o número atingiu novo recorde: eles somam agora nada menos que 1.030 cursos, perdendo apenas para o Curso de Administração, que continua sendo aquele que possui o maior número em funcionamento. Vejamos os números, por Estado:

Estado	Curso de Direito
Acre	3
Alagoas	10
Amazonas	10
Amapá	6
Bahia	46
Ceará	16
Distrito Federal	22
Espírito Santo	35
Goiás	32
Maranhão	15
Minas Gerais	128
Mato Grosso do Sul	20
Mato Grosso	27
Pará	14

Paraíba	14
Pernambuco	24
Piauí	24
Paraná	82
Rio de Janeiro	98
Rio Grande do Norte	13
Rondônia	10
Roraima	03
Rio Grande do Sul	73
Santa Catarina	60
Sergipe	09
São Paulo	225
Tocantins	11
TOTAL	1.030

03. 90% DOS CANDIDATOS APROVADOS NA PRIMEIRA FASE DO EXAME DE ORDEM DA OAB/RN CONSEGUIRAM APROVAÇÃO FINAL NO CONCURSO 2006.3.

(Dados enviados pela Comissão de Exame de Ordem, da OAB/RN.)

Natal, 28/02/2007 – Já que estamos falando de recordes, precisamos comemorar mais um, desta feita no exame de ordem, da nossa Seccional: nada menos que 90% dos candidatos que obtiveram aprovação na primeira fase e concorreram à segunda obtiveram aprovação. Isso bem comprova a seriedade com que os candidatos estão se preparando para o concurso, bem como o interesse que algumas IES estão demonstrando, com fato de que elas mesmas estão oferecendo curso preparatório ao exame.

De parabéns, portanto, os novos aprovados que, em breve, estarão recebendo suas carteiras de advogado. Igualmente, os parabéns aos Cursos de Direito em nosso Estado, pois a aprovação final e global de 47% (muito superior ao último exame) bem demonstra que um esforço está sendo feito para melhorar a qualidade do ensino jurídico.

Em número reais, no último exame de 2006 se inscreveram 650 bacharéis e foram aprovados 309 candidatos.

04. MAIS UM LIVRO DO PROF. CESAR PASOLD.

Florianópolis, 22/02/2007 – O Professor CESAR PASOLD, com quem tive o prazer de fazer pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e que depois chegou a dirigir o mesmo Programa de PG em Direito enviou uma mensagem dando conta de que está lançando o seu décimo-primeiro livro, o qual passamos a divulgar aqui, para você:

LIÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO PORTUÁRIO

Editora: Conceito Editorial

Distribuição: CLC – Distribuidora de Livros

Endereço eletrônico: clc@clc-sc.com.br

Endereço do autor: clp@advocaciapasold.com.br

Os interessados podem entrar em contato diretamente com a distribuidora ou mesmo com o autor, nos endereços acima.

05. CATÓLICOS SÃO CHAMADOS A APOIAR CAMPANHA GLOBAL CONTRA A POBREZA.

(Notícia publicada no jornal eletrônico ZENIT, edição de 09/02/2007)

ROMA e BRUXELAS, sexta-feira, 9 de fevereiro de 2007 (ZENIT.org).- Convoca-se o um bilhão de católicos do mundo a uma mobilização massiva, a fim de unir forças e pressionar os países ricos para que cumpram suas promessas de erradicar a pobreza.

É o objetivo da campanha mundial «Faça a ajuda funcionar. O mundo não pode esperar» («Make aid work. The world can't wait»), lançada na quinta-feira (8), em Roma, pela rede de Caritas Internacional (CI) e pela aliança CIDSE (Cooperação Internacional pelo Desenvolvimento e a Solidariedade).

Um comunicado de CI recebido em Zenit explica que a campanha se dirige a uma mobilização com vistas à reunião do G8 do próximo mês de junho em Heiligendamm (Alemanha).

Trata-se de solicitar aos líderes do Grupo dos oito (Estados Unidos, Canadá, Japão, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Rússia) que mantenham os acordos alcançados em 2005 na reunião de Gleneagles (Reino Unido): mais ajuda ao desenvolvimento e cancelamento da dívida.

Igualmente, CI e CIDSE lançam esta iniciativa na véspera da reunião que, na sexta-feira e no sábado, acontecerá na cidade alemã de Essen -- para preparar a de Heiligendamm -- entre os ministros de Finanças dos sete países mais industrializados do mundo (G7: os oito citados, exceto a Rússia).

Buscam recordar a estes responsáveis políticos que, entre suas prioridades, deve estar a luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento, a maioria dos quais está na África.

Duncan Maclaren, secretário-geral de CI, explica: «Nossa campanha pretende envolver os católicos de todo o mundo para que levantem sua voz contra a injustiça da pobreza global».

«Queremos que os países mais ricos do mundo escutem este clamor e levem a cabo seus compromissos de eliminar a pobreza nos países mais pobres. A menos que essas promessas se vejam respaldadas por ações concretas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio dirigidos a eliminar a pobreza em 2015 terão fracassado», adverte.

Christiane Overkamp, secretária-geral de CIDSE, denunciou por sua parte, na quinta-feira, «o escândalo que supõe que 121 milhões de crianças dos países em vias desenvolvimento careçam de oportunidade de escolarização».

«Precisamos ver um aumento na ajuda ao desenvolvimento, mas também é necessário melhorar a forma como se entrega tal ajuda», afirmou.

«As promessas do alívio da dívida, que finalmente permitiam que a África investisse em seu próprio futuro, ao invés de manter empréstimos injustos, também precisam ser levados a cabo», acrescentou.

Paul Smangassou, novo secretário executivo de «Caritas» África, apontou: «Devemos conscientizar nossos líderes responsáveis, nos países ricos e pobres, de como esses fundos estão sendo utilizados».

«Estão sendo empregados da melhor maneira possível para o povo? A população se envolve nas decisões? Estão utilizando estes fundos de maneira transparente? Estes são temas dos quais devemos responsabilizar os nossos governos, no Norte e no Sul», observou.

Neste sentido, no caminho rumos à reunião do G8, católicos do Norte e do Sul do mundo convidarão seus governos a aumentarem a ajuda ao desenvolvimento de forma eficaz para a redução da pobreza.

Igualmente, exortarão seus governos a que as instituições financeiras mundiais e as políticas comerciais sejam justas, e a lutar contra a corrupção.

«Caritas» Internacional (<http://www.caritas.org>) é uma confederação mundial católica integrada por 162 «caritas» nacionais dedicadas à melhoria da dignidade e das condições de vida dos mais pobres e vulneráveis, em cerca de 200 países e territórios de todo o planeta. Tem sua sede em Roma.

CIDSE (<http://www.cidse.org>) é uma aliança constituída por 15 organizações católicas de ajuda ao desenvolvimento da Europa e da América do Norte. Sua sede está em Bruxelas.

*Mais informação sobre a campanha em <http://www.make-aid-work.org>.

06. JUSTIÇA FEDERAL TEM A COMPETÊNCIA PARA JULGAR FEITOS DA OAB.

(Notícia enviada pelo Bel. VIDAL SUNCIÓN INFANTE, futuro advogado)

Brasília, 23/02/2007 – O Tribunal Regional Federal da 1ª Região tem confirmado reiteradamente que a Justiça Federal é competente para apreciar e julgar os feitos em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) figure no pólo ativo ao passivo. Sentenças nesse sentido têm sido proferidas por membros do TRF da 1ª Região, confirmando que a OAB é serviço público federal, e entidade considerada “sui generis”, devendo, pois, ter seus feitos apreciados pela Justiça Federal e não pela Justiça Comum Estadual.

Decisões nesse sentido foram dadas nos agravos de instrumento números 2007.01.00.002731-0 e 2007.01.00.004728-4, por exemplo, julgados pelo desembargador Carlos Fernando Mathias. Ao

examinar os agravos, o desembargador federal concedeu o efeito suspensivo requerido pela Seccional da OAB do Amazonas a dois mandados de segurança concedidos por juizes federais substitutos da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado. Nos mandados, os magistrados determinavam a remessa de ações envolvendo a entidade da advocacia à Justiça Estadual.

O desentendimento entre alguns juizes estaduais sobre qual órgão do Judiciário detém a competência nesses casos foi causada após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 3026, ajuizada pela Procuradoria Geral da República e que tratou da natureza jurídica da Ordem. Naquela ocasião, ficou reconhecido pelo plenário do STF que, conquanto seja entidade que detenha "múnus público" e constitua-se como pessoa jurídica de direito público, a OAB não é entidade autárquica e nem está vinculada à administração pública.

"Com as vênias devidas, a decisão do eg. STF na ADIN em referência, em nada altera a competência da Justiça Federal para apreciar os feitos em que figure no pólo ativo ou passivo, a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB", afirmou o desembargador Carlos Fernando Mathias, do TRF da 1ª Região, nas decisões em que confirmou a Justiça Federal como o foro correto para julgamento das referidas ações.

Foram duas as decisões em que a competência da Justiça Federal para julgar ações envolvendo a OAB foi confirmada. Transcrevemos uma delas a seguir. A outra é o **Agravo de Instrumento nº 2007.01.00.004728-4/AM**, que tem o mesmo relator e o mesmo conteúdo. Vamos ao primeiro deles:

Agravo de Instrumento nº 2007.01.00.002731-0/AM

Processo na Origem: 200632000054309

Relator (a): Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias

Agravante: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Amazonas

Advogado: José Alfredo Ferreira de Andrade e outros (as)

Agravado: Jarson Ariday da Silva Costa

Advogado: Cláudia Maria Nobre Lisboa e outro (a)

Decisão

1. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Amazonas agrava da decisão do MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas que, em autos de mandado de segurança, determinou a sua remessa à Justiça Comum Estadual, ao entendimento de que a OAB não integra o elenco de pessoas discriminadas no art. 109, I, da Constituição, nem seus dirigentes agem por delegação federal, a justificar a competência da Justiça Federal.

2. Em suas razões sustenta, em síntese, que o decisum viola o artigo 87 do CPC e que o fumus boni iuris se faz presente e decorre da própria condição da Ordem dos Advogados do Brasil ao exercer função institucional, defendendo as instituições, o estado democrático de direito, a cidadania, etc. tendo sempre litigado na Justiça Federal desde sua fundação; não se considerando o fato de que na ADIN nº 3026-DF nada se discutira sobre o foro onde sempre demanda a Ordem dos Advogados do Brasil.

Passa-se à decisão

3. Com as vênias devidas, a decisão do eg. STF na ADIN em referência, em nada altera a competência da Justiça Federal para apreciar os feitos em que figure no pólo ativo ou passivo, a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

A OAB é serviço público federal, autarquia profissional especial (q.v. verbi gratia, REsp 829366/RS) naturalmente, dotada de personalidade jurídica, ainda que não mantenha com órgãos da administração pública, qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

É, pois, uma entidade sui generis, e despidendo seria recordar-se que à Ordem compete indicar ainda, por exemplo, membros para integrar a Magistratura Federal, participar, obrigatoriamente, dos concursos para ingresso na carreira da magistratura e do Ministério Público Federal, dentre outros, integrar o Conselho Nacional de Justiça e do Conselho do Ministério Público e, ainda, promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil, sabido que o advogado é indispensável à administração da justiça (q.v. Lei nº 8.906/94 e art. 133 da Constituição).

Destarte, **CONCEDO** o efeito suspensivo requerido, em face de competência para julgamento do writ ser da Justiça Federal.

4. Dê-se ciência ao MM. Juiz a quo (art. 527, III, in fine do CPC).

5. Intime-se o agravado.

07. ENSINO JURÍDICO: PORTAL DE ENSINO INVESTE R\$ 3,5 MILHÕES.

(Notícia baixada do jornal CM News, da CM Consultoria, edição de 26/02/2007)

26/02/2007 – A R2 Direito (www.r2direito.com.br) empresa especializada em ensino jurídico à distância, investiu R\$ 3,5 milhões para moldar sua infra-estrutura tecnológica, com o objetivo de atender ao aumento da demanda por aulas jurídicas on-line, que oferece gratuitamente em seu portal.

A empresa paulistana pretende seguir a tendência gerada pelo portal do Youtube, de compartilhamento de vídeos, que vem revolucionando a internet. Em janeiro, foram registrados 470 mil acessos/mês em seu portal, um crescimento médio de 2,5% ao dia. Ao todo, mais de 17 mil alunos baixam 90 mil aulas/mês.

"A expansão se dá por quatro motivos: os cursos são gratuitos; contam com renomados especialistas; são gravados em alta resolução (qualidade de DVD); e as mensalidades dos serviços de banda larga vêm caindo", afirma o diretor de desenvolvimento de negócios da R2 Direito, Reinaldo Piscopo. "Confiamos na evolução e disseminação da banda larga no país e na mudança de perfil do advogado em relação à educação jurídica continuada". O portal está se expandido porque a R2 Direito colocou à disposição dos internautas uma multiplicidade de cursos, que são voltados a várias áreas jurídicas, inclusive o preparatório para o Exame da OAB, além de palestras e entrevistas com renomados profissionais do mundo jurídico.

A R2 Direito deve atingir a impressionante marca de dez terabytes/mês de dados transmitidos em seu portal, até o meio do ano. Para se ter uma idéia do volume de informação, apenas para gravar 1 terabyte de dados seriam necessários 1.538 CDs-Rom ou 212 DVDs. Além disso, o portal também deve atingir 1 milhão de pageviews até o meio do ano.

O portal da R2 Direito segue também uma linha similar à da Enciclopédia livre Wikipédia, outra febre da web. Neste caso, os internautas podem interagir com textos de artigos postados por outros profissionais, a fim de enriquecer o debate científico do direito, tornando cada tema um grande fórum de discussões. "Este é o reflexo de um mundo em constante mudança. É preciso se antecipar às tendências e investir em tecnologia, ou se fica para trás", argumenta Piscopo. (Fonte: *Jornal do Comercio*)

08. ESTADO INDENIZA ADVOGADO EXPULSO DA SALA POR PROMOTORA.

(Notícia enviada pelo Bel. VIDAL SUNCIÓN INFANTE)

Em 01/03/2007 – O Estado deve responder por conduta de seus funcionários. Esse é o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que condenou o estado de Minas a pagar indenização por danos morais a um advogado de Bambuí (MG), expulso de uma audiência pública por uma promotora de justiça.

Mesmo levando em conta que era indevida a intervenção na audiência pelo advogado que não representava nenhuma das partes, os desembargadores Silas Vieira, Edgard Penna Amorim e Teresa Cristina Peixoto concluíram que a atitude da promotora foi exagerada.

A representante do Ministério Público determinou que o advogado se retirasse da sala, acompanhado por policiais. Segundo os autos, o advogado foi exposto diante das pessoas, inclusive alguns de seus clientes, que se encontravam na audiência, sofrendo constrangimentos e prejudicando sua carreira.

Ao constatar que a promotora agiu de forma inadequada enquanto exercia seu cargo, os desembargadores entenderam que o Estado é o responsável por assumir a indenização, estipulada em R\$ 7 mil.

Fonte: Revista Consultor Jurídico, 1 de março de 2007.

09. ROMANCE FORENSE: NA ESTEIRA DO APAGÃO AÉREO.

(Notícia baixada do informativo Espaço Vital, edição de 0210312007.)

São Paulo, março de 2006 – Uma funcionária de balcão de uma transportadora aérea, em Congonhas (SP), bem que deveria ganhar um prêmio por ter sido esperta, divertida e ter atingido

seu objetivo, quando teve que lidar com um passageiro gaúcho estressado, no auge da crise do apagão aéreo, na última semana de dezembro.

Um voo lotado foi cancelado. Uma única atendente tentava resolver o problema de remanejamento da longa fila de passageiros. De repente, um deles - com irritação até compreensível - furou a fila, atirou o bilhete em cima do balcão e disse:

"Eu tenho que estar no primeiro voo, e tem que ser numa das primeiras filas de assentos".

E completou:

"Atenda-me logo, ou eu tacho contra você e sua empresa uma pesada ação por dano moral".

A funcionária respondeu:

"O senhor desculpe, terei todo o prazer em ajudar, mas tenho que atender estas pessoas primeiro, já que elas também estão aguardando pacientemente na fila. Quando chegar a sua vez, farei tudo para poder satisfazê-lo! Ademais, se o senhor não está satisfeito, saiba que não são as empresas as responsáveis pelo apagão. Permita que eu sugira que contacte com o gaúcho Milton Zuanazzi, que assumiu a presidência da ANAC e que parece entender pouco de aviação comercial".

O passageiro ficou aparentemente irredutível e disse, alto, para que todos na fila ouvissem:

"Você faz alguma idéia de quem eu sou?"

Sem hesitar, a atendente sorriu, pediu um instante e pegou num megafone, anunciando: *"Um minuto da atenção dos senhores, por favor. Nós temos aqui no balcão um passageiro que não sabe quem é, e deve estar perdido! Se alguém é responsável pelo mesmo, ou é parente, ou então puder ajudá-lo a descobrir a sua identidade, favor adiantar-se aqui à frente".*

Com as pessoas atrás dele gargalhando histericamente, o homem olhou furioso para a funcionária, rangeu os dentes e disse, gritando: *"Eu vou te f..."* (impublicável)!

Sem recuar, a atendente sorriu e disse:

"Desculpe, mas mesmo para isso o senhor vai ter que esperar na fila".

Até agora não se tem notícia do ingresso da anunciada ação por dano moral, embora o empresário tenha consultado, em janeiro, dois bons escritórios de Advocacia em Porto Alegre.

10. OAB/RN ACOMPANHA NEGOCIAÇÕES ENTRE POLICIAIS MILITARES E GOVERNO.

(Notícia enviada pela Assessora de Imprensa da OAB/RN, Jornalista Anne Danielle)

Natal, 02/03/2007 – A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio Grande do Norte, está acompanhando de perto as negociações entre o governo do estado e os policiais militares em greve há 20 dias. Na última sessão do Conselho Seccional, realizada em 27 de fevereiro, a presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, Mary Regina Costa, juntamente com o presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM, Jeoás Santos, apresentaram as dificuldades nas negociações de reajuste salarial dos policiais militares com o governo do RN. Na oportunidade, solicitaram a intermediação da OAB/RN nas negociações. O presidente da Seccional Potiguar, Paulo Eduardo Teixeira, designou uma comissão, composta pelos conselheiros Sérgio Freire, Klebet Cavalcanti e José Maria Bezerra, para acompanhar as negociações da categoria.

Já na tarde de ontem (01), o conselheiro José Maria Bezerra acompanhou a sessão da Assembléia Legislativa que foi pautada por pronunciamentos e apartes sobre o reajuste salarial da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Na ocasião, a OAB/RN propôs que o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Robinson Faria, também intermediasse a solução para o impasse entre policiais militares grevistas e o governo. José Maria sugeriu ainda proposta no sentido que, até o final da greve, fossem imediatamente suspensos todos os processos disciplinares, além da realização de estudo e viabilização no âmbito legal da anistia aos militares envolvidos no movimento de paralisação da Polícia Militar. A proposta foi aceita e o deputado Robinson Faria destacou que a OAB é sempre bem vinda na casa do povo por constituir a entidade que está sempre ligada às causas de reafirmação de cidadania e por ser guardiã do Estado Democrático de Direito. Conforme o conselheiro, a impressão que teve é que hoje existe unanimidade para favorecer a imediata negociação.

11. RECUPERANDOS DO VÍCIO DO ÁLCOOL E DAS DROGAS AGUARDAM PAPA NA «FAZENDA DA ESPERANÇA»

(Notícia baixada do jornal ZENIT, edição de hoje: 04/03/2007)

KÖNIGSTEIN (Alemanha), domingo, 4 de março de 2007 (ZENIT.org).- Um ex-viciado em drogas de Moscou disse recentemente sobre a «Fazenda da Esperança»: «Meus amigos sabem que o tratamento funciona, pois não há nenhum tipo de droga aqui». Ela está-se recuperando por meio da oração e do trabalho comunitário, sem outro tipo de medicação.

Cerca de 2 mil recuperandos do vício estão-se preparando nestes momentos para receber o Papa Bento XVI na Fazenda de Pedrinhas, em Guaratinguetá (180km de São Paulo).

A visita do Papa está agendada para o dia 12 de maio, um dia antes da abertura da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, que terá lugar no Santuário de Aparecida.

Não apenas brasileiros têm-se curado nas Fazendas da Esperança. Inspirado pelo carisma franciscano, o centro existe em mais de oito países, como Paraguai, Uruguai, Argentina e México.

Ulrich Kny, responsável latino-americano de Ajuda à Igreja que Sofre, comentou que «o fato de o Santo Padre querer dedicar um dia de sua curta passagem pelo Brasil à «Fazenda da Esperança» demonstra a importância do problema das drogas e o quanto o pontífice aprecia a iniciativa do Frei Hans Stapel», fundador da entidade.

«Não há apenas desintoxicação, mas a descoberta de ser amado por Deus e poder recomeçar. Quem se recupera dá um vivo testemunho do poder de cura de Deus em nossos dias, que continua na trilha do Evangelho. E a preparação à visita do Papa só aguçou este processo», enfatiza.

Fonte: Zenit.

12. CINEMARK ESTÁ PROIBIDO DE PRATICAR DE VENDAS CASADAS EM SALAS DE EXIBIÇÃO.

(Notícia retirada do sítio do STJ e enviada pelo Bel. VIDAL SUNCIÓN INFANTE.)

Brasília, 02/03/2007 – Os freqüentadores do grupo Cinemark Brasil não são obrigados a consumir unicamente os produtos da empresa vendidos na sala de espera. Conforme decisão do **Superior Tribunal de Justiça** (STJ), proferida nesta quinta-feira (1º), o cidadão pode levar de casa ou comprar em outro fornecedor a pipoca que consumirá durante a exibição do filme. É que a lei do consumidor proíbe condicionar a venda de um produto a outro, prática comum nas salas do Cinemark.

O grupo Cinemark ingressou na Justiça contra multa expedida pelo Procon do Rio de Janeiro. A empresa foi multada por praticar a "venda casada", ao permitir que somente produtos adquiridos em suas dependências fossem consumidos nas salas de projeção. Segundo argumento da empresa, o consumidor poderia assistir ao filme sem nada consumir, razão pela qual não havia violações da relação de consumo. Ao permitir a entrada de produtos comprados em outros locais, o estado do Rio estaria interferindo na livre iniciativa, defendida pela Constituição.

De acordo com a decisão do STJ, o princípio de não-intervenção do Estado na ordem econômica deve obedecer aos princípios do direito ao consumidor, e ele deve ter liberdade de escolha. Os ministros consideraram que a venda condicionada que pratica a empresa cinematográfica é bem diferente do que ocorre em bares e restaurantes, por exemplo, em que a venda de produtos alimentícios constitui a essência da atividade comercial.

A prática de venda casada se caracteriza quando uma empresa usa do poder econômico ou técnico para obstar a liberdade de escolha do consumidor, especialmente no direito que tem de obter produtos e serviços de qualidade satisfatória e a preços competitivos.

Fonte: STJ

13. REPERCUSSÃO GERAL.

(Notícia publicada na coluna *Diário da OAB/RN*, de 24/02/2007.)

Brasília, 21/02/2007 – A Lei nº 11.418, de 2006, que regulamenta o uso do critério da repercussão geral - mecanismo que funcionará como um filtro dos recursos extraordinários que serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) -, entrou em vigor durante a semana. A norma estipula a forma como a corte deverá usar o instrumento, criado em 2004 por meio da Emenda Constitucional nº 45, que instituiu a reforma do Judiciário. A partir de agora, os ministros do Supremo só receberão os recursos extraordinários que considerarem ter repercussão política, econômica, jurídica ou social. Ou seja, recursos cujo tema discutido não atinja a sociedade em geral devem deixar de fazer parte das sessões da corte, como as famosas brigas entre condôminos.

Com a mudança, os advogados agora serão obrigados a apresentarem uma petição justificando a razão pela qual o recurso tem repercussão - e, portanto, deve ser analisado -, o que, até então, não era necessário. Para que um recurso extraordinário chegasse até o Supremo bastava a parte apresentar algum argumento constitucional. Muitos processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou Tribunal Superior do Trabalho (TST) chegavam ao Supremo em razão destes argumentos, tais como o cerceamento de defesa.

* * * * *

NOTÍCIAS do CONSELHO FEDERAL e da OAB/RN

01. CONSELHO FEDERAL – DIRETORIA.

RAYMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO	Presidente
VLADIMIR ROSSI LOURENÇO	Vice-Presidente
CLÉA ANNA MARIA CARPI DA ROCHA	Secretário Geral
ALBERTO ZACHARIAS TORON	Secretário Adjunto
OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR	Diretor Tesoureiro

01.1 CONSELHEIROS FEDERAIS pela OAB/RN

ADILSON GURGEL DE CASTRO
SÉRGIO EDUARDO DA COSTA FREIRE
WAGNER SOARES RIBEIRO DE AMORIM

SUPLENTES

CARLOS KELSEN SILVA DOS SANTOS
FELIPE AUGUSTO CORTEZ M. MEDEIROS

01.1 REUNIÃO DO NOVO COLÉGIO DE PRESIDENTES DA OAB.

Brasília, 08 e 09 de março de 2007 – Com uma nova formatação, à qual o Presidente CEZAR BRITTO deu o nome de Grupo de Trabalho Ampliado – pois se reúne não só com os Presidentes Seccionais – se reuniram com a Diretoria do Conselho Federal, nas últimas quinta e sexta-feira, os Presidentes Seccionais, os Presidentes das Comissões Seccionais de Exame de Ordem, os Presidentes das Caixas de Assistência dos Advogados e a Comissão Provisória de Ensino Jurídico. Passaremos agora a comentar o que se passou em cada uma dessas reuniões, às quais tivemos a honra de estar presente, juntamente com o Pres. PAULO TEIXEIRA, o Cons. KLEBET CAVALCANTI, Pres. da Comissão de Exame de Ordem da OAB/RN e o Pres. JOÃO MARIA TRAJANO, da CAARN.

1.2 APROVADO O INDICATIVO PARA O EXAME DE ORDEM UNIFICADO.

Brasília, 08/03/2007 – Na reunião da Diretoria do CF/OAB, com alguns Presidentes Seccionais e a quase totalidade dos Presidentes de Comissões de Exame de Ordem (CEO), foi votado e aprovado o indicativo para se unificar nacionalmente o Exame de Ordem. As discussões foram muitas e tomaram todo o dia. Mas, a aprovação se deu por larga margem. Ficou para ser mais bem examinado o problema da terceirização do concurso, embora a maioria das Comissões sejam amplamente favoráveis. A questão será agora posta perante o Conselho Federal, para discussão e votação.

Conforme vocês podem verificar na entrevista concedida pelo Pres. CEZAR BRITTO ao jornal *Tribuna do Norte* (aqui publicada em anexo, ao final deste jornal), há uma forte tendência para unificação.

1.3 COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO PUGNA PELA APLICAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO-PESQUISA.

Brasília, 08/03/2007 – Na mesma reunião dos Presidentes de CEO, o Conselheiro Federal ADILSON GURGEL, na qualidade de Presidente da Comissão Provisória de Ensino Jurídico (CEJ), fez uma breve exposição demonstrando a importância para a OAB de se aplicar um questionário-pesquisa aos candidatos ao exame de ordem, nos mesmos moldes daquele que era feito no Provão em Direito. Ele seria aplicado possivelmente já no segundo exame deste ano, repetindo-se anualmente a

providência. Com isso, a OAB passaria a ter uma gama de informações sobre os cursos, facilitando seu trabalho de auxiliá-los na melhoria da qualidade do ensino que é ministrado.

1.4 COLÉGIO DE PRESIDENTE É ABERTO NO ANTIGO PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL.

Brasília, 08/03/2007 – Na noite do dia de hoje, foi aberta a primeira reunião do novo Colégio de Presidentes Seccionais da atual administração (2007-2008-2009). O Pres. CEZAR BRITTO agendou a sessão solene de abertura para o plenário do antigo Conselho Federal, que fica no prédio vizinho à nova sede. Na ocasião, além da fala do Presidente Nacional, todos os presentes tiveram a oportunidade de falar e até de já expor alguns itens que estão a carecer maiores debates na nossa instituição. Em seguida, tivemos um coquetel no espaço-bar cultural da OAB.

1.5 COMISSÕES DE EXAME DE ORDEM SE REÚNEM COM A CESP/UNB.

Brasília, 09/03/2007 – Durante o dia de hoje, as Comissões que já fazem o exame de ordem unificado (num total de aproximadamente 15 seccionais) estiveram o dia todo em reunião com a Fundação CESP, tratando da elaboração e da logística do primeiro exame deste ano, o qual começa a ser aplicado no próximo mês de abril.

1.6 COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO SE REÚNE PARA PLANEJAMENTO.

Brasília, 09/03/2007 – Durante toda a manhã de hoje, a CEJ esteve reunida para fazer o seu planejamento. Até agora, esta é a única Comissão que está composta pelo Conselho Federal e já tem a importante missão de julgar nada menos que 29 processo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos já existentes, além de alguns pedidos de abertura de novos cursos. Para esta missão final, ela se reúne nos próximos dias 13 e 14 de março, durante a reunião mensal do Conselho Federal.

A CEJ já deliberação a continuação dos seminários de ensino/educação jurídica, do programa OAB/Recomenda, do programa editorial da série OAB/ENSINO JURÍDICO (que já tem sete livros temáticos, três OAB/Recomenda e dois *Perfil do Advogado Brasileiro* publicados), bem como realizar estudos e seminários sobre as novas tecnologias de ensino do Direito. Além disso, começou os debates internos sobre a Res. 147/2007-MEC, os quais deverão ser aprofundados com todos os cursos de Direito, no Brasil. Discutiu-se e deliberação-se, finalmente, sobre a atuação político-institucional desta Comissão dentro da OAB e junto aos Cursos de Direito. Tudo isso, sem descuidar o bem relacionamento com as Seccionais.

1.7 COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO VAI ATÉ O COLÉGIO DE PRESIDENTES.

Brasília, 09/03/2007 – Em consequência das deliberações tomadas na reunião matutina, o Pres. ADILSON GURGEL, da CEJ do Conselho Federal, solicitou um espaço durante a reunião do Colégio de Presidentes, para expor a grande importância de um trabalho conjunto desta Comissão com as Seccionais, em prol da melhoria do ensino jurídico no Brasil. Solicitou também o apoio das Seccionais, no sentido de que pugnem por enviar religiosamente em dia os resultados dos exames de ordem, em cada Estado, para os bancos de dados da OAB e, em especial, desta Comissão.

1.8 COLÉGIO DE PRESIDENTES DEBATE OS REPASSES FINANCEIROS PARA O CONSELHO FEDERAL E PARA AS CAIXAS DE ASSISTÊNCIA.

Brasília, 09/03/2007 – Em sua primeira reunião, o Grupo de Trabalho Ampliado discutiu muito a questão dos repasses financeiros para o Conselho Federal e para as Caixas de Assistência. Em pauta também o compartilhamento de receitas.

A matéria caminha para uma solução, mas os debates ainda estão muito intensos. A idéia em debate é a diminuição dos repasses para o CF, de 15% para 10%, e para as CAAs, de 27,5% para 20%. Os debates mais acirrados giraram em torno da criação de um fundo de 2%, para auxílio às Caixas de Assistência.

1.9 PRES. PAULO TEIXEIRA (OAB/RN) EXPÕE AO COLÉGIO DE PRESIDENTES O QUADRO ATUAL DOS PLANOS DE SAÚDE DA OAB.

Brasília, 09/03/2007 – Os problemas enfrentados pelos planos de saúde geridos pelas Caixas de Assistência das Seccionais da OAB foi o tema de debates no período vespertino, da reunião do GT Ampliado. Como ex-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB/RN, ele pode estudar todas as virtudes e todos os problemas enfrentados por esses planos e fez uma explanação

de aproximadamente 20min. Em seguida, houve um grande debate e, dentro em breve, será buscada um solução para todos os planos. O Presidente JOÃO MARIA TRAJANO, da nossa Caixa de Assistência, também marcou presença fazendo intervenções necessárias e oportunas, durante os debates.

1.10 PRES. CEZAR BRITTO VAI À CÂMARA DOS DEPUTADOS E ENTREGA A PROPOSTA DE REFORMA POLÍTICA AO PRESIDENTE CHINAGLIA.

Brasília, 09/03/2007 – Aproveitando a presença de todos os Presidentes Seccionais, o Pres. CEZAR BRITTO foi com todos eles ao Congresso Nacional, onde foi recebido em audiência pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Nessa ocasião ele fez a entrega do projeto de Reforma Política fruto dos estudos de uma Comissão Especial designada pelo Conselho Federal, para esse fim. Ela foi Presidida pelo eminente advogado e Professor FÁBIO KONDER COMPARATO, que é Medalha Rui Barbosa, da OAB.

02. CONSELHO SECCIONAL.	oabrn@oab-rn.org.br e oab-rn@oab-rn.org.br
Presidente:	PAULO EDUARDO PINHEIRO TEIXEIRA
Vice-Presidente:	RICARDO WAGNER S. ALCÂNTARA
Secretária Geral:	VALÉRIA SOBRAL PESSOA
Secretário Geral Adjunto:	KLEBET CAVALCANTI CARVALHO
Tesoureira:	VALDERICE NOBREGA DA SILVA

CONSELHEIROS SECCIONAIS	
ALDO MEDEIROS DE LIMA FILHO	KALLINNA GOMES FLOR DOS SANTOS
CARLSON G. CORREIA GOMES	LAUMIR CORREIA FERNANDES
EVANDRO DE OLIVEIRA BORGES	MIZAE ARAÚJO BARRETO
FLÁVIO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PAULO HENRIQUE MARQUES SOUTO
FRANCISCO DE ASSIS COSTA BARROS	RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JR.
FRANCISCO IVO C. NETTO	MARIA ALVES ROSADO
FRANCISCO PRAXEDES FERNANDES	RODRIGO FALCONI CAMARGOS
JOSÉ MARIA RODRIGUES BEZERRA	RÚBIA LOPES DE QUEIRÓZ
JOSÉ VANILDO DA SILVA	SUETÔNIO LUIZ DE LIRA
WALTENCY SOARES RIBEIRO DE AMORIM	

CONSELHEIROS SECCIONAIS SUPLENTES	
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA SOUZA	NICÁCIO LOIA DE MELO NETO
JOSÉ EVANGELISTA LOPES	RICARDO GEORGE FURTADO
KALEB CAMOS FREIRE	ROSSANA DALY DE OLIVEIRA
FONSECA	
MAGNA LETÍCIA AZEVEDO L. CAMARA	SEBASTIÃO RODRIGUES LEITE JUNIOR
MARCO POLO C. BATISTA TRINDADE	RICARDO LUIZ PEREIRA PINTO
MIROCEN FERREIRA LIMA JUNIOR	VITOR JOSÉ MACEDO DANTAS
MONICA ALVES FEITOSA	VALÉRIA CARVALHO DE LUCENA

→ **ATENÇÃO!** → A OAB/RN já distribuiu o calendário de reuniões ordinárias do CONSELHO SECCIONAL, para o ano corrente:

CALENDÁRIO DE REUNIÕES NO ANO DE 2007. HORÁRIO e LOCAL: 17h, na sede da OAB/RN

MARÇO	-	15	29
ABRIL	12	26	-
MAIO	10	24	-
JUNHO	06	21	-

JULHO	05	19	-
AGOSTO	02	16	30
SETEMBRO	13	27	-
OUTUBRO	11	25	-
NOVEMBRO	08	22	-
DEZEMBRO	06	20	-

NOBRES COLEGAS, Para mais notícias, visite o nosso sítio www.oab-rn.org.br. Além de as notícias serem atualizadas diariamente, você tem vários serviços à sua disposição (inclusive a tabela de honorários).

02.1 REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SECCIONAL.

Natal, 27/02/2007 – O Conselho Seccional se reuniu pela segunda vez, na atual administração. Na ocasião, foi colocado em pauta o novo o projeto do novo Regimento Interno do mesmo colegiado, ficando estabelecido que o mesmo fica em mesa, para exame e para propostas de emendas aditivas, supressivas ou substitutivas, para efeitos de votação. Em princípio, essa votação está prevista para a reunião do dia 12 de abril.

02.2 DISCIPLINADAS AS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONSELHO SECCIONAL.

Natal, 27/02/2007 – Na mesma sessão, o Conselho apreciou, discutiu e votou a resolução que disciplina as comissões temporárias da nossa Seccional. A nova legislação já está publicada no quadro de avisos da Seccional e, em breve, vai estar também na nossa página na net.

02.3 NOVOS MEMBROS DO TED

Natal, 27/02/2007 – Em solenidade simples perante o Conselho Seccional realizada nesta terça-feira, tomaram posse os juízes do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RN, gestão 2007/2009. São eles: LÚCIO TEIXEIRA DOS SANTOS, LAURO MOLINA, JANSEN LEIROS FERREIRA, CLÁUDIO DANTAS MARINHO, JOSÉ SANTOS DINIZ, JOSÉ CORREIA DE AZEVEDO. Na oportunidade, o Prof. LÚCIO TEIXEIRA externou o compromisso em cumprir o dever. "Todos do TED, Comissões e Conselho viverão novos tempos de progresso, ética e seriedade", destacou. O TED, criado pelo Regimento Interno do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Rio Grande do Norte, compõe-se de sete juízes, eleitos pelo mesmo Conselho, dentre os advogados inscritos com mais de 15 anos de exercício profissional, para um mandato de três anos.

02.4 COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO, do CONSELHO FEDERAL.

Diário da OAB/RN – Natal, 03/03/2007 – A OAB/RN agora tem um representante na Comissão Provisória de Ensino Jurídico, do Conselho Federal. O nosso Conselheiro Adilson Gurgel de Castro é o novo presidente da Comissão que tem a competência de opinar previamente nos pedidos para criação, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos jurídicos referidos no Art. 54, XV, do Estatuto da Advocacia da OAB. A Comissão também é composta pelos Professores José Geraldo de Sousa Júnior - DF (vice-presidente), Paulo Roberto Moglia Thompson Flores - DF (secretário), Roberto de Figueiredo Caldas – DF e Víctor Russomano Junior – DF (membros).

02.5 GREVE DA POLÍCIA.

Diário da OAB/RN – Natal, 03/03/2007 – Durante a reunião do Conselho Seccional do dia 27 de fevereiro, a presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar deste Estado, Mary Regina Costa, juntamente com o presidente da Associação de Cabos e Soldados, Jeoás Santos, apresentaram as dificuldades nas negociações de reajuste salarial dos policiais militares. Na oportunidade, solicitaram a intermediação da OAB/RN nas negociações com o governo. Para acompanhar as negociações, o presidente Paulo Eduardo Teixeira designou uma comissão composta pelos conselheiros: Sérgio Freire, Klebet Cavalcanti e José Maria Bezerra.

02.6 NOVIDADES.

Diário da OAB/RN – Natal, 03/03/2007 – Em breve estará no ar o novo site da OAB/RN. Dentre as novidades, está o serviço de prerrogativas on-line no qual o advogado poderá, pelo site, fazer a notificação da violação da prerrogativa ao presidente da Comissão de Prerrogativas, Caio Graco. Aguardem mais novidades...

02.7 CULTURA DA PAZ.

Diário da OAB/RN – Natal, 03/03/2007 – Mediante o crescimento dos casos de violência na cidade, o conselheiro federal Adilson Gurgel levou ao Conselho Seccional a sugestão de criação de um Fórum Permanente contra a Violência e pela Cultura da Paz na OAB/RN. O presidente Paulo Teixeira acatou a sugestão e, em breve, a idéia será colocada em prática.

OBSERVAÇÃO – Informo aos colegas que já tive uma reunião informal com a digna Sra. Secretária Adjunta de Segurança, Bela. KARINA LEITE, ocasião em que foram traçadas algumas providências que em breve serão concretizadas, promovendo um maior envolvimento da sociedade civil no chamado Gabinete de Gestão Integrada – GGI, órgão pronto a atuar, mas que ainda não saiu do papel, em nosso Estado.

2.8 CONSELHEIROS FEDERAIS DO RN PRESTAM CONTA DE SUA ATUAÇÃO EM PROL DA OAB/RN E DOS ADVOGADOS POTIGUARES E BRASILEIROS.

Natal, 04/03/2007 – Inaugurando um novo estilo de trabalho em prol dos colegas advogados e advogadas potiguaras, os Conselheiros Federais vão estar presentes às sessões do Conselho da OAB/RN e prestar contas quinzenais de suas atuações em prol dos advogados potiguaras e brasileiros. Nestes últimos dias, o Cons. ADILSON GURGEL assumiu a presidência da importante Comissão de Ensino Jurídico e já esteve em Brasília se reunindo com os membros nomeados provisoriamente, tendo também participado e feito propostas nas reuniões das Comissões Seccionais de Exame de Ordem e do Colégio de Presidentes. Por sua vez, o Cons. SÉRGIO FREIRE continua os trabalhos para viabilizar a realização da Conferência Nacional dos Advogados, em Natal. Ao mesmo tempo, estes dois Conselheiros e mais o Cons. WAGNER SOARES receberam forte carga de processos que estão em pauta para a sessão mensal do Conselho Federal, que se realiza nos dias 12 e 13 de março.

2.9 CONSELHEIROS FEDERAIS DA OAB/RN JÁ FORAM DESIGNADOS PARA OS VÁRIOS ÓRGÃOS DO CONSELHO FEDERAL.

Brasília, 04/03/2007 – Continuando sua prestação de contas aos colegas potiguaras, os Conselheiros Federais informam que foram designados para os seguintes órgãos colegiados do Conselho Federal:

ÓRGÃO ESPECIAL – OESP:	Wagner Soares (Uniformização de entendimentos)
PRIMEIRA CÂMARA – PCA:	Adilson Gurgel (Inscrição nos quadros da OAB)
SEGUNDA CÂMARA – SCA:	Sérgio Freire (Processos éticos)
TERCEIRA CÂMARA – TCA:	Wagner Soares (Prestação de Contas e Processos Eleitorais)

Nestes quatro órgãos e, obviamente, no Pleno do Conselho Federal, estamos todos à disposição dos ilustres colegas potiguaras.

03. CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO RN.

Presidente:	JOÃO MARIA TRAJANO SILVA
Vice-Presidente:	ÂNGELA MONTEIRO LIMA
Secretário Geral:	ENÉLIO ANTONIO G. PETROVICH
Secretário Geral Adjunto:	ALEXANDRE CUNHA CARVALHO
Tesoureiro:	RAUL SHEER
Suplente:	ADRIANA GALVÃO S. SANTIAGO
Suplente:	JOÃO FREIRE DA COSTA

03.1 CARNAVAL.

Natal, 17/02/2007 – Constituiu-se do maior êxito o desfile do bloco “Habeas Copos”, no sábado de Carnaval, na praia de Pirangi. A animação foi total e continuou depois no espaço de festas do Restaurante Paçoca de Pilão, onde a orquestra de sopro tocou por mais umas duas horas. Animado com o sucesso e com a animação dos foliões (advogados, advogadas, amigos, amigas e familiares), a nossa querida Vice-Presidente ÂNGELA MONTEIRO e o Secretário-Geral Adjunto ALEXANDRE CUNHA CARVALHO, que organizaram tudo, já estão com todo embalo para o carnaval 2008 e garantem que teremos mais eventos sociais (e dançantes) durante todo ano.

3.2 REUNIÃO EM BRASÍLIA.

Brasília, 09/03/2007 – O Pres. JOÃO TRAJANO se deslocou até Brasília para debater os problemas pertinentes às Caixas de Assistência e, em especial, dos planos de saúde por elas administrados. A reunião teve como expositor o Pres. PAULO TEIXEIRA, da nossa Seccional, que já foi Presidente da nossa CAARN. Houve um grande debate, no qual o Pres. TRAJANO também teve oportunidade de externar seus pontos de vista. Acredita-se que, dentro em breve, teremos algumas providências que serão tomadas por todas Seccionais. O segundo tema debatido foi sobre os repasses das Seccionais para as suas Caixas de Assistência. Há uma tendência para que eles sejam baixados de 27,5% para 20%, com mais a criação de um fundo para auxiliar as Caixas que tenham problemas eventuais.

04. CONSELHO SUBSECCIONAL DE MOSSORÓ. oabmossoro@oab-rn.org.br

Presidente: HUMBERTO HENRIQUE C. FERNANDES DO REGO.
Vice-Presidente: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS
Secretário Geral: EMMANOEL ALVES FILHO
Secretário Adjunto: MARIA NAZARÉ DAVI GUIMARÃES
Tesoureiro: CLEYLTON CESAS F. NUNES

CONSELHEIROS SUBSECCIONAIS

ANA MARIA DE PAIVA	IODEVOHE REBOUÇAS VERAS
GILMAR FERNANDES DE QUEIROZ	JOSE WILTON FERREIRA
FRANCISCO DE ASSIS M. VARELA	MARCOS ARTUR F. DE ARAÚJO
FRANCISCO WELITHON	RAMIREZ AUGUSTO P. FERNANDES
FRANCISCO WILTON APOLINÁRIO	VICENTE PEREIRA NETO
HORÁCIO DE MEDEIROS NETO	

04.1 AGENDA DO EXAME DE ORDEM, EM MOSSORÓ.

È a seguinte a data do primeiro Exame de Ordem de 2007:

Dia 15 de abril → Aplicação da prova objetiva.

04.2 PROCESSOS ÉTICOS EM MOSSORÓ.

O Pres. HUMBERTO FERNANDES informa que vai tentar completar a instrução para julgamento dos aproximadamente 27 processos éticos que se encontram em tramitação na sua Seccional. A grande novidade é que o projeto do novo Regimento Interno da OAB/RN prevê a criação de uma câmara de julgamento do Tribunal de Ética e Disciplina – TED para funcionar em Mossoró. No entanto, não se pode deixar os processos parados, enquanto o novo RI é votado.

È sempre bom lembrar aos colegas advogados e advogadas que os membros do TED devem ser advogados com um mínimo de 15 anos de inscrição, sem ter sofrido qualquer punição ética.

05. SUBSECCIONAL DE CAICÓ. oabcaico@oab-rn.org.br e oabcaicorn@bol.com.br

Presidente: JANDUI FERNANDES
Vice-Presidente: JUBSON SIMÕES
Secretária Geral: SIMONE SONIERE COSTA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto: FRANCISCO RAFAEL NETO
Tesoureiro: FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS
Suplentes: FÁBIO AURÉLIO BULÇÃO
FRANCINALDO FELIPE DA SILVA

05.1 AGENDA DO EXAME DE ORDEM, EM CAICÓ.

È a seguinte a data do primeiro Exame de Ordem de 2007:

Dia 15 de abril → Aplicação da prova objetiva.

06. SUBSECCIONAL DE MACAU.

Presidente: EINSTEIN ALBERT S. BARBOSA
Vice-Presidente: LUIGI MURO

Secretária Geral:	JORGE LUIZ BATISTA DA SILVA
Secretário Adjunto:	FRANCISCO VARELA DE MELO JUNIOR
Tesoureiro:	ROGÉRIO DE SOUZA PADILHA
Suplentes:	MARCOS VINICIUS SANTIAGO DE OLIVEIRA FLAVIANO DE HOLANDA MONTENEGRO

07. SUBSECCIONAL DE ASSU.

Presidente:	AGAMENON FERNANDES
Vice-Presidente:	MANOEL ALVES DE FONTES
Secretária Geral:	IVANALDO PAULO S. E SILVA
Secretário Adjunto:	JOSÉ DE DEUS ALVES DOS SANTOS
Tesoureiro:	PEDRO BEZERRA DA COSTA
Suplentes:	CLÉZIO DE OLIVERA FERNANDES JOSÉ FIRMINO DE MORAIS

08. SUBSECCIONAL DE PAU DOS FERROS.

Presidente:	FRANCISCO DE ASSIS CORREIA REGO
Vice-Presidente:	LAFAIETE DANTAS JUNIOR
Secretária Geral:	JOSEFA DANTAS DE PAIVA JALES
Secretário Adjunto:	JOÃO BATISTA TEODORO
Tesoureiro:	CLEDIMAR DE OLIVEIRA DANTAS
Suplentes:	JOSE OSMAN DE CARVALHO FRANCISCO GENILSON DA SILVA

09. COLÉGIO DE PRESIDENTES DE COMISSÕES.

Coordenação do Vice-Presidente da OAB/RN RICARDO WAGNER.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES
HORÁRIO e LOCAL: 17h15 na sede da OAB/RN

MARÇO	?	*DIVULGAREMOS OS NOMES DOS NOVOS PRESIDENTES DE COMISSÕES, TÃO LOGO SEJAM PUBLICADAS AS PORTARIAS DE NOMEAÇÃO. Da mesma forma procederemos quanto as datas de reuniões.
ABRIL	?	

15. COMISSÃO DOS ASSISTÊNCIA JURÍDICA – AJURI.

Pres. Adv.

15.1 NOVOS ATENDIMENTOS:

→ Esta Comissão já está se preparando para reiniciar seus trabalhos este ano. O nosso setor de Assistência Jurídica já começa a ter uma maior procura, na recepção da nossa Seccional.

20. COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL – CDA.

Pres. Adv.

20.1 FRATERNIDADE E AMAZÔNIA.

→ Como a Campanha da Fraternidade, da Igreja Católica, aborda este ano a problemática da Amazônia, o Cons. Federal ADILSON GURGEL sugeriu que, quando da nomeação dos membros desta CDA, os seus membros procurem se engajar na referida campanha. Isto se justifica diante do fato de que o problema ambiental da Amazônia requer uma atenção mais do que especial.

22. COMISSÃO DE DIREITO DA INFORMAÇÃO. informaticajuridica@oab-rn.org.br
Pres. Adv.

→ Embora não esteja ainda nomeada esta Comissão, o anterior Presidente, Advogado HALLRISON DANTAS foi procurado pela imprensa potiguar para falar um pouco sobre o crime ocorrido na Praia de Genipabu. O motivo foi o fato de que o crime ocorreu quando de um encontro marcado pela internet. Não só a possibilidade desse tipo de comunicação ocorrer com grande frequência (mas sem o crime, graças a Deus), mas também para falar quais os crimes mais comuns que podem ser cometidos através do uso da rede mundial. Não é demais lembrar que recentemente um pedófilo que se utilizava da net foi condenado a mais de 200 anos, nos EUA.

23. COMISSÃO DOS DIREITOS DO IDOSO – CDI.
Pres. Adv.

→ No último dia 27 de fevereiro foi comemorado o dia do idoso. Como todos os que têm mais de 60 anos já são considerados legalmente idosos (embora a maioria esteja em plena forma e com idéias às vezes mais avançadas do que muitos jovens) queremos aqui deixar nossas homenagens a todos os colegas e a todas as colegas que já se enquadram nessas comemorações.

25. COMISSÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO. consumidor@oab-rn.org.br
Pres. Adv.

→ Durante este mês de março se comemora o dia do consumidor (15). Em sendo criada e instalada esta Comissão, fica a sugestão para que algo seja feito para celebrar o dia e todos os avanços havidos com a chegada do CDC.

26. COMISSÃO DE ENSINO JURÍDICO – CEJ. ensinojuridico@oab-rn.org.br
Pres. Cons.

26.A FACULDADES DE DIREITO:

26.A.1 **CÂMARA CASCUDO** →

26.A.2 **FAL** →

26.A.3 **FARN** →

26.A.4 **FACEX** → Nesta segunda-feira, dia 12, começam as aulas para as duas turmas do segundo período. Ainda este mês pode vir a ser realizado um evento do tipo seminário e a aula magna do semestre letivo 2007.2.

26.A.4 **MATER CHRISTI** →

26.A.5 **UERN** →

26.A.6 **UFRN** → Esta prevista para esta segunda-feira e terça-feira, dias 12 e 13 de março, um intenso debate sobre o Curso de Direito. Serão palestras, debates e mesas redondas. Ao final espera-se estabelecer diretrizes para a melhoria do curso

26.A.7 **UNP** →

→ ATENÇÃO: Solicitamos aos **ilustres coordenadores dos diversos Cursos de Direito do Estado** que nos mandem suas informações para transmitir aos colegas advogados.

28. COMISSÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS.
Pres. Adv.

→ A OAB/RN está montando equipe para participar dos Jogos Jurídicos deste ano. A informação foi dada pelo Cons. LAUMIR CORREIA FERNANDES, o qual provavelmente vai participar intensamente desta comissão.

31. COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM.
Pres. Cons. KLEBET CAVALCANTI.

31.1 AGENDA DO SEGUNDO EXAME DE ORDEM.

→ É seguinte a data da prova objetiva do primeiro Exame de Ordem de 2007:

Dia 14 de abril → Prova objetiva em todo o Brasil.

31.2 REUNIÃO NACIONAL DE PRESIDENTES DE EXAME DE ORDEM.

→ Conforme já noticiamos acima, no espaço destinado ao Conselho Federal, o Pres. KLEBET CAVALCANTI esteve em Brasília para participar de duas reuniões: no primeiro dia, com a Diretoria do Conselho Federal e com todos os Presidentes de CEO e, no segundo dia, com a CESP – fundação ligada à Universidade de Brasília que elabora, aplica e corrige as provas do Exame de Ordem unificado, que já está sendo praticado por 15 Seccionais, a partir de abril. O presidente atesta os avanços havidos, pois a perspectiva é de que pelo menos mais 3 a 5 Seccionais venham participar do segundo exame deste ano.

Como visto, por quase a totalidade dos Presidentes de Comissões de Exame de Ordem foi aprovado o encaminhamento do indicativo de concurso nacional ao Conselho Federal.

42. TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA – TED. tribunaldeetica@oab-rn.org.br
Pres. Prof. LÚCIO TEIXEIRA DOS SANTOS

42.1 AGILIZAR OS PROCESSOS ÉTICOS.

→ Cumpre ressaltar que o TED terminou o ano de 2006 com sua pauta totalmente “zerada”. Resta agora esperar o término da instrução das centenas de processos éticos que tramitam perante a nossa Seccional. Objetivando verificar da continuidade ou não dos muitos processos, o Pres. PAULO TEIXEIRA baixou portaria estabelecendo as duplas de Conselheiros Seccionais que, nos dias aprezados, vão tentar resolver os casos que estão havendo. Assim, semanalmente teremos audiências de conciliação realizadas nos espaços do TED, para tentar resolver todas as pendências.

43. NOTÍCIAS SOCIAIS

* Em nossas anotações, registramos os aniversários dos seguintes colegas, a quem enviamos **nostros melhores votos de parabéns:**

Aniversários desta primeira quinzena de MARÇO (conforme está em nossas anotações):

01. ANA CRISTINA DA SILVEIRA, advogada em Mossoró.
02. RENIRA LUCENA, advogada em Natal.
03. SEVERINO MOURA, que foi vice-presidente da OAB/Mossoró.
04. ALDO MEDEIROS LIMA FILHO, Conselheiro Seccional.
MARIO JÁCOME DE LIMA, advogado em Mossoró.
NEY SILVEIRA DIAS, que foi nosso Conselheiro Seccional.
RADIR AZEVEDO MEIRA FILHO, advogado em Natal.
05. ANDERSON SOUZA DA SILVA, mestrando da UFRN.
ITALO PINHEIRO, advogado em Natal e foi do quinto constitucional no TJ/RN.
JOSÉ HELDSON CAVALHO DE AQUINO, advogado em São Miguel do Oeste.
06. LILIANE FONSECA OLIVEIRA, advogada em Natal.
07. EIDER FURTADO FILHO, advogado em Natal.
08. DIA INTERNACIONAL DA MULHER.
09. Dom JOSÉ FREIRE, bispo emérito de Mossoró.
10. PAULO FERNANDES, advogado e professor em Mossoró.
11. JOÃO PENHA DE SOUZA, advogado em Natal.
13. ALCIMAR ANTONIO DE SOUZA, advogado em Mossoró.

14. GIUSEPPI COSTA, professor e procurador da UFRN.
 15. JANSEN LEIROS, advogado e membro do TED desta Seccional.
 → DIA INTERNACIONAL DO CONSUMIDOR.

PS – Do Conselheiro WATENCY SOARES, recebemos a lista de aniversários dos colegas advogados mossoroenses. Divulgamos abaixo todos aqueles que comemoram suas datas na primeira quinzena do mês e, na próxima edição, publicaremos o restante da lista.

A todos nossos estimados e a todas nossas queridas colegas que militam em Mossoró e em toda região Oeste, nossos melhores votos de parabéns!

OAB/MOSSORÓ: ANIVERSARIANTES DO MÊS DE MARÇO
*** 1ª quinzena ***

NOME	DATA	TEL. COM.	CELULAR
ANDRÉ LUIZ G. DE OLIVEIRA.	01/03	3316-4500	9411-4666
ANA CRISTINA DA SILVEIRA FERNANDES	01/03	3314-6717	9411-5006
JOEL MARTINS DE M. FILHO.	02/03	3321-4225	9411-5982
JOSÉ SEVERINO DE MOURA	03/03	3317-2899	9401-1690
MESSIAS GOMES DE OLIVEIRA	03/03	3316-3693	8831-7897
FRANCISCO NUNES F. NETO.	03/03		8809-6694
JOSÉ WILSON F. DE OLIVEIRA.	03/03	3314-1687	9999-1921
LAURO DA ESCÓSSIA FILHO	04/03	85- 3231-8239	85-9991-2903
MÁRIO JÁCOME DE LIMA	04/03	3317-4953	9972-7978
FERNANDA GREYCE DE S. FERNANDES.	06/03	3315-6700	9411-1237
THEREZINHA LISBOA LEITE.	06/03		
JOSÉ ADOLFO DE PAIVA NETO.	06/03	3321-2541	9402-8616
ALANO FILGUEIRA MARCIEL.	06/03		8837-8747
MÁRIO SÉRGIO AMORIM.	07/03		
GILVAN CAVALCANTI RIBEIRO.	08/03	3316-2023	9129-0344
JOSÉ DE OLIVEIRA B. JÚNIOR.	08/03	3316-2262	9411-4455
JOSÉ ALEXANDRE DE S. NASCIMENTO.	08/03	3314-6636	9411-3252
EMMANOEL ANTAS FILHO	09/03	3321-5194	9411-4524
FABIOLA MINERVA VARELA	09/03		
VERUSKA SAYAONARA GOES	09/03	3312-1905	9133-8790
PAULO DE M. FERNANDES	10/03	3321-5194 3321 -4505	9978-2330
ALCIMAR ANTONIO DE SOUSA	13/03	3061-2798	9406-6169
JOÉSIA OLIVEIRA DA S. FREIRE.	14/03	3321-6794	9115-1292
JOSÉ EZEQUIAS JÚNIOR	15/03		9972-0027

→ **A todos os aniversariantes as nossas preces por suas felicidades e que o Senhor possa lhes iluminar e proteger seus caminhos neste novo ano de vida.**

→ Lembre-se que continuamos aguardando a informação de outras comemorações.

AGRADECIMENTOS:

Adv. RAMIREZ FERNANDES, Bel. VIDAL SUNCIÓN INFANTE e Jornalista ANNE DANIELLE.

POR HOJE É SÓ!

Agradeço a vocês a paciência e a leitura.

E, por favor, nunca se esqueça:

→ → → A OAB É VOCÊ! ← ← ←

Por isso, COMPAREÇA! PARTICIPE!

→ → → A OAB CONTA COM VOCÊ! ← ← ←

Saudações advocatícias e democráticas,
ADILSON GURGEL DE CASTRO
Presidente da OAB/RN – Fone: 84-4008-9410
agcastro@digi.com.br.

PS → Críticas. Sugestões. Notícias. É só passar uma mensagem para o endereço acima.

CADERNO 2
CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, EVENTOS, CONCURSOS JURÍDICOS
E NOTÍCIAS DE INTERESSE DOS COLEGAS ADVOGADOS

Esta parte do jornal é dedicada a transmitir aos colegas as informações sobre Congressos, Seminários, Palestras, Eventos e Concursos Jurídicos de interesse da classe.

EVENTOS PROMOVIDOS ou APOIADOS PELA OAB/RN

ANEXO # 1

ENTREVISTA DO PRES. CEZAR BRITTO AO JORNAL TRIBUNA DO NORTE

Publicada neste domingo, 4 de março de 2007.

"É PRECISO ACABAR COM O CRITÉRIO ELEITORAL PARA ABRIR CURSOS"
"NÓS VAMOS FAZER A REFORMA POLÍTICA"

CEZAR BRITTO, Presidente –OAB vê "critério eleitoral" em novos cursos.

Por Anna Ruth Dantas

A Ordem dos Advogados do Brasil ganhará a partir desse ano uma postura mais política e será a principal arregimentadora do movimento que cobrará a reforma política. Quem garante é o novo presidente da OAB, César Britto. Ele assume a entidade com uma postura arrojada e, inclusive, sonhando em implantar disciplinas de Direito nas escolas de ensino médio como meio de formar melhor os cidadãos.

César Britto é crítico ao falar do grande número dos cursos de Direito e diz que o "pecado" é de ambos os lados: do Ministério da Educação e da própria OAB, que não cobram uma fiscalização maior. "A ascensão social pelo saber é uma das poucas chances de se ter uma oportunidade nesse país, não se pode mercantilizar esse sonho, não pode deixar que tudo seja frustrado", comenta ele, creditando às "influências políticas" a abertura de muitas faculdades de Direito no país.

O Presidente nacional da OAB, nosso entrevistado de hoje, é um nordestino, de Sergipe, que alcançou a presidência de uma das principais entidades representativas do país.

01 → Qual a sua grande preocupação na presidência da OAB?

R – A OAB tem várias funções; não há uma só definição específica. A Ordem tem uma ação institucional forte e uma ação corporativa forte. Precisaremos ter uma multatividade, ainda mais como o Brasil é continental, a Ordem tem 27 seccionais, 600 mil advogados, é preciso uma grande atuação. É necessário um projeto muito mais global do que um específico. Mas várias preocupações podem ser destacadas. No campo institucional manteremos a ordem como uma fiscal rigorosa das ações governamentais, de todos os Governos, exigiremos transparência na coisa pública, queremos a reforma política que pela ausência dela tem provocado vários males para o país.

Queremos participar do debate sobre o crime organizado. E é preciso incluir no rol do crime organizado o crime de colarinho branco. No campo institucional vamos trazer os movimentos sociais para dentro da Ordem. É preciso estimular as associações civis no sentido de melhorar o controle das políticas públicas. Hoje a legislação é farta, temos que permitir que as associações fiscalizem.

Muitas vezes elas não fazem o controle por falta de conhecimento da legislação. É tarefa nossa conscientizar.

No campo corporativo a Ordem precisa compreender que parte dos seus associados está proletarizada pelo aumento exagerado dos cursos de Direito. Precisamos compor duas frentes: uma estancar esse número absurdo de faculdades de Direito, onde a mercantilização é a tônica e não o saber. Esses cursos estão sendo concebidos pelo critério eleitoral e não pelo critério educacional. A outra frente é melhorar o exame de Ordem. Ele tem que ser único no Brasil, a mesma prova, o mesmo conteúdo.

02 → Se na prática os cursos de Direito têm níveis diferentes, não seria ousar demais uniformizar o exame da Ordem?

R – Não vejo dessa forma. A Ordem quando faz o exame realiza com o conteúdo que é uniforme para todos os Estados, que é matéria de Direito Constitucional, Civil, do Trabalho, Penal. Esse conhecimento todo advogado tem que ter e sobre essa parte é que vamos perguntar.

→ A que você atribui um percentual tão baixo de aprovação no exame?

R – Não temos dúvida sobre isso. É decorrência da péssima qualificação dos cursos de Direito. Hoje temos faculdade funcionando em cinema, no intervalo de horário de 4h às 7h da manhã, sem qualquer condição técnica de funcionamento. Quando se faz o diagnóstico por Estado, a gente vê que o Exame de Ordem não é rigoroso. As boas instituições aprovam quase que unanimemente, as ruins reprovam quase que unanimemente.

03 → Nessa grande proliferação dos cursos de Direito, quem peca mais: o MEC que não fiscaliza ou a OAB que não cobra a fiscalização?

R – Peca mais quem concede (a autorização para funcionar). Se o Ministério da Educação fiscalizar e revalidar os cursos a parte maior é dele. Até porque o critério tem sido muito mais eleitoral do que educacional. Mas não posso deixar de dizer que a Ordem também tem sua culpa. A Ordem precisa fiscalizar mais. E nesse sentido vamos atuar mais, ampliar a Comissão de Ensino para ter uma turma permanente na fiscalização. A ascensão social pelo saber é uma das poucas formas de ter uma chance nesse país, não se pode mercantilizar esse sonho. Não se pode frustrar isso. No curso de Direito se torna claro que o diploma de bacharel não tem utilidade por si só. Para ser advogado tem que ter o exame, para todas as carreiras jurídicas é preciso fazer prova, e aí vem a frustração. Por isso temos que fazer uma atuação muito forte na fase de criação, reconhecimento e revalidação dos cursos.

04 → O problema seria que a lei é benevolente para facilitar a abertura de novas faculdades?

R – A legislação é permissiva e o Governo diante da permissividade exagera. Há um certo charme das instituições terem um curso de Direito. Ele é nobre, barato e tem um retorno econômico. Quando dá status e lucratividade há uma cobiça maior das instituições de ensino. É preciso acabar com a influência eleitoral para criar esses cursos. Diminuiu-se muito o curso de Direito, mas no ano pré-eleitoral houve concessão eleitoral.

05 → Como o senhor avalia esse "perfil" do curso de Direito: transformou-se em segunda formação para muitos profissionais e "trampolim" para a carreira de funcionário público?

R – O curso de Direito permite a função de qualificar a burocracia estatal. Várias atividades necessariamente precisam do conhecimento de Direito. A Cidadania deveria ser uma disciplina do ensino no segundo grau. A relação com o Estado, como cidadão precisava ser dado. É a ausência do conhecimento de Direito que faz surgir o autoritarismo. O cidadão tem que conhecer seus Direitos. Essa matéria deveria ser dada nas escolas. No serviço público, que remunera mal, a remuneração é melhor nas áreas decorrentes do Direito, por isso a procura é maior.

06 → Seria sonhar demais que o Direito seja disciplina do ensino médio?

R – Vamos lutar muito para isso. Se nós queremos cidadãos, temos que ensinar aos cidadãos as matérias que estimulem os pensamentos. Não há democracia sem o conhecimento do Direito e da Cidadania, se não nós viveríamos no autoritarismo. Vamos tentar convencer o MEC da importância do ensino da Cidadania e do Direito para todas as pessoas.

07 → Você não estaria muito otimista em acreditar que a Reforma Polícia vai ser feita na sua integralidade?

R – Ou o Congresso faz a reforma política ou o Congresso se desmoraliza mais do que está. A vantagem é que vamos ter um Congresso novo. Esse vai ser o grande dilema, vai ser novo na denominação, ou novo na discussão política para o país? Ele será político ou vai praticar politicagem? O Brasil precisa de um grande parlamento. A função dele é levar a voz da população. Se ele falhar, falha a democracia. Vamos cobrar a reforma política. O ministro Tarso Genro já disse

que a Ordem (OAB) vai conduzir a reforma política. A Reforma Política será a grande possibilidade de passar o Brasil para uma nova fase.

08 → A OAB está disposta a encampar essa luta pró-Reforma?

R – Ela não está disposta, mas vai fazer. Há uma diferença entre querer e fazer, nós vamos fazer.